Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Comércio **Class.:** Militares 500

Data: 23/04/87 **Pg.:** 10

Godoy explica o projeto

A Assembléia Legislativa ouviu ontem o coronel Osman Godoy sobre o Projeto Calha Norte. As explicações do representante do Comando Militar da Amazônia, no entanto, não conseguiram convencer a todos os deputados. A polêmica sobre o assunto continua. Mas o projeto já está sendo implantado nos 6.500 quilômetros quadrados de fronteira do Brasil com os países amazônicos.

Deputados ainda têm suas dúvidas

O Projeto interministerial, de ocupação militar da Amazônia, "Calha Norte", concebido sob o patrocínio do Conselho de Segurança Nacional, foi considerado, ontem, pelos deputados, na Assembléia Legislativa do Estado, como muito polêmico e dividiu as opiniões, com uns aprovando e outros desaprovando o Projeto, que já começou a ser implantado nos 6.500 quilômetros de fronteira com os seis países amazônicos.

Para o deputado Raimundo Reis, líder do PSB, no Legislativo estadual, "o Calha Norte não é um projeto sério, pois, deveria ter antes de tudo recursos suficientes para a sua implantação. O líder socialista criticou a maneira como o projeto foi elaborado "nos gabinetes refrigerados de Brasília sem a participação mínima das lideranças amazônicas, inclusive, dos povos indígenas" que, no seu entender, serão os maiores prejudicados com a viabilização do Projeto.

O deputado José Cavalcante, do PDT, (ele é coronel da PMAM) não pensa do mesmo modo. Ele, garantiu ter ficado surpreso com o conteúdo do projeto, tanto pelo caráter de ocupação da Amazônia, quanto pela preocupação com a segurança das fronteiras e o desenvolvimento integral da região.

Líder do Governo e do PMDB na ALE, Eduardo Braga depois de ouvir a explanação do representante do Comando Militar da Amazônia, considerou o projeto importante para a região, mas, assegurou que, com os recursos que tem para a implantação, será inviável. Ele defendeu a revisão do projeto, não apenas o lado financeiro, mas, alguns dos seus objetivos básicos.

Na essência, Eduardo Braga, considerou-o "correto e necessário ao desenvolvimento e a segurança regional".

Estou vendo o Calha Norte pela ótica do Exército e falta olhar pela ótica dos Ministérios das Relações Exteriores e do Interior, além de ouvir as comunidades indígenas, as populações das calhas do Amazonas e alto Rio Negro. Somente a partir daí é que teremos uma visão integral do seu alcance", declarou o presidente da comissão Pró-Constituinte do Amazonas, Josué Filho.

O deputado Manoel do Carmo Chaves (Maneca), do PLF, não concorda com a implantação do Calha Norte preocupado com a sorte dos quase cinco mil Indios que vivem nessa faixa de fronteira. "O projeto tem muitas falhas. Ele alijou da sua elaboração todos os segmentos da sociedade amazônica, que deveriam ser ouvidos, como as comunidades indígenas e os governos municipais e estaduais. Segundo Maneca, a construção de estradas e hidrelétricas previstas no projeto, vai provocar um grande desequilíbrio ecológico.

APÓIA COM RESTRIÇÕES

Carlos Esteves, deputado do PMDB, garante que "o Calha Norte é bom para a Amazônia", mesmo reconhecendo nele a existência de alguns pontos polêmicos, como os que estão relacionados à política indígena. "No contexto geral, deverá trazer grandes benefícios para a região, principalmente, em termos de infra-estrutura social", disse Carlos Esteves.

Com algumas restrições, o deputado Abel Alves, do PSB, autor do requerimento que levou o representante do CMA a expor na ALE afirmou que é "uma necessidade para a região". Depois de fazer algumas restrições, o deputado Abel Alves disse que o Calha Norte precisa do apoio e da participação de todos, mas, criticou a maneira como ele foi elaborado.

Na exposição feita, ontem, na Assembléia Legislativa, sobre os motivos que levaram o Governo a decidir-se pela implantação do Projeto Calha Norte, o coronel Osman Godoy, do Comando Militar da Amazônia, voltou a insistir em dois pontos: a preocupação com o possível perigo de transformação de comunidades indígenas em Estado independente, que estaria expressa na proposta de criação do parque Yanomani e a necessidade de reforçar a segurança nacional nas fronteiras diante do aumento das ações guerrilheiras nessas áreas.

O coronel iniciou sua palestra apresentando desculpas pela ausência do Comandante Militar do Amazônia, Iran Arns, que está em viagem a São Gabriel da Cachoeira para inspecionar a construção dos primeiros pelotões de ocupação do Calha Norte e que seria, segundo ele, a pessoa realmente mais indicada para falar sobre o assunto. Antes de explicar os detalhes do projeto, Osman Godoy lembrou que não lhe cabia fazer críticas ou apologias em torno da medida, mas disse acreditar na sua "amplitude social" a importância para a região.

PORTA-VOZ

Outra ressalva feita por ele, é de que por tratar-se de um projeto interministerial, a cargo do Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Interior, e Ministérios Militares, sua competência para falar sobre o Calha Norte restringia-se apenas ao Exército, que é, por outro lado, "um simples executor".

O Calha Norte, que a princípio é um projeto de ocupação militar num raio de 6.500 quilômetros da fronteira do País, é reconhecido pelo coronel como uma questão extremamente polêmica, por envolver reformulações de áreas indígenas, elementos complicados em extensas áreas minerais, além de mexer com ações de guerrilha, narcotráfico e contrabando. Contudo, existe, segundo ele, "um receio infundado" em torno da implantação do Projeto.

O PROJETO

A definição do Calha Norte, segundo a secretaria geral do Conselho Nacional de Segurança, responsável pelos estudos apresentados ao presidente José Sarney, é um projeto de ação governamental em algumas regiões do País, por um tempo de vigência de 5 anos, estando sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e a cargo dos Ministérios das Relações Exteriores, do Interior e Ministérios militares (Marinha, Exército e Aeronáutica). Para explicar melhor os objetivos do projeto, Godoy fez uma retrospectiva da ocupação dos espaços amazônicos, ao longo do tempo, desde Pombal, passando pela "Batalha da Borracha", à política de integração pós-64, com abertura de estradas até chegar ao Governo da Nova República.

Em todas essas tentativas de ocupação, como fez questão de enfatizar o coronel, existiu "uma dose de frustração" já que todas foram de certo modo fracassadas. "Assim o Calha Norte é uma tentativa que se acrescenta de desenvolver essa área", complementou.

Em termos de recursos, o Projeto é classificado como "modesto", com uma estimativa orçamentária de 700 milhões de cruzados. O mais importante nesse caso é a sua importância política, como insinuou o representante da CMA. As previsões de recursos para o projeto foram feitas ainda em termos de cruzeiros: há dois anos atrás e foi convertido agora para o novo sistema monetário, ficando assim dividido: para a Marinha encarregada da segurança de navegação e policiamentos dos rios estão destinados 134.354 milhões de cruzados. O orçamento para a Aeronáutica, é inferior com 66,135 milhões. Os recursos destinados ao Exército não foram totalmente especificados, mas, estima-se que seja bem mais elevado do que os anteriores. Fora esses, existem, também, os recursos para os projetos especiais.

DIFICULDADES

No projeto também estão explicitados os "fatos e fatores adversos" para a implantação do Calha Norte. Os principais são o vazio demográfico, ambiente hostil e pouco conhecimento sobre a região, a situação interna instável nas Guianas e Suriname, reservas indígenas detentoras de enormes áreas. Em relação à questão indígena, é colocada ainda a localização de reservas em áreas minerais, além dos projetos de criação de parques e reservas em localização fronteiriças.

As possíveis consequências previstas caso o projeto não fosse inplantado, são a integração territorial entre as diversas etnias existentes nas fronteiras e que poderiam comprometer a soberania nacional, as dificuldades de projeção das empressões do poder nacional, a limitação de exploração de riquezas minerais para o desenvolvimento da região e possível participação externa em contendas dos países fronteiriços com a consequente repercussão dos conflitos em âmbito interno.

Está relacionada, também, a dificuldade de aproveitamento dos recursos naturais, a criação indiscriminada de áreas indígenas, fora as reivindicações territoriais dessas minorias que podem vir a comprometer a segurança nacional. Neste item, o coronel Godoy lembrou que a proposta de criação do parque Yanomami com a congregação de diversas etnias existentes na área, inclusive, a dos países vizinhos. "Existe um perigo latente de transformação dessas comunidades indígenas em Estados independentes" reforçou o coronel. Fora disso, foi colocada, também, a vulnerabilidade da área militar.

Como "necessidades fundamentais", são colocadas o encremento das relações bilaterais, aumento de presença militar na área, além da estruturação da estrutura viária. Paralelo a isso é colocado a definição de uma política indigenista apropriada à faixa de fronteira.

As áreas de ocupação inicial atingem Roraima, no trecho chamado de Yanomami, por congregar diversos membros dessa etnia. O segundo trecho compreende a Cabeça do Cachorro. Outro preferencial é a Área de Tumucumaque.

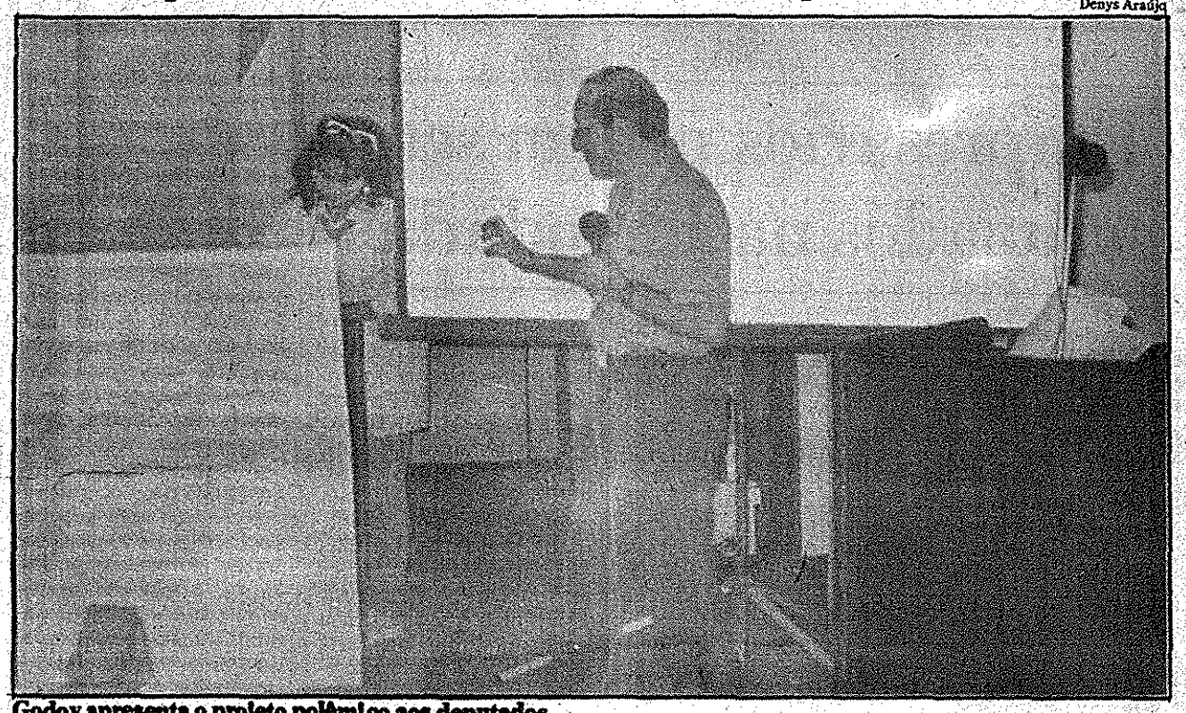
O projeto tem ainda alguns "objetivos especiais", como a ampliação e intensificação da ação da Funai junto às comunidades indígenas, e a "manutenção da paz". A conclusão do projeto propõe uma ação ministerial de desenvolvimento da região.

Para que se compreenda o conjunto do Projeto, o coronel Godoy colocou como essencial a participação de debates em plenárias das outras partes envolvidas na questão. "O superintendente da Funai, Sebastião Amâncio, pode dar esclarecimentos sobre essa nova política indigenista traçada para a região", sugeriu.

As informações dadas pelo coronel Godoy, sobre o Calha Norte, na plenária da Assembléia Legislativa, suscitou pouco interesse em outros segmentos participantes. Além dos representantes da Fetagri, do Cimi a Appam, nenhuma outra entidade esteve presente à palestra que abordou um assunto de máximo interesse para toda a sociedade civil.

A ida do coronel Godoy à Assembléia Legislativa, foi proposta pelo deputado Abel Alves, através de requerimento aprovado pelos parlamentares.

Denys Araújo



Godoy apresenta o projeto polêmico aos deputados

NECROLÓGIO

FALECERAM DIA 22

Fabiana Barbosa da Costa — 1 mês — Beco Belém, 80 — Compensa I — Causa mortis: Indeteminada

Maria Karina Silva de Oliveira — 3 meses — Rua M. de Vasconcelos, 631 — Colônia Oliveira Machado — Causa mortis: Indeterminada

José Arruda dos Santos — 73 — Avenida Ipixuna, 448 — Centro — Causa mortis: Miocárdio Pater

Antônio Cicero da Silva — 65 — Rua 08, casa 30 — Alvorada I — Causa mortis: Indeterminada

Albaniza Dantas de Araújo — 49 — Rua Ouro Preto, 325 — Coroado II — Causa mortis: Indeterminada

Preciosa Nogueira da Silva — 81 — Avenida Ipixuna, 333 — Centro — Causa mortis: Câncer no Cólon.

RESUMO

O primeiro Curso de Capacitação Técnico-Pedagógica para Enfermagem na área de hanseníase, a nível de região Norte, foi encerrado pela Secretaria Estadual de Saúde. As aulas começaram em março e foram ministradas por especialistas, orientados pelo Centro de Dermatologia e Venereologia Alfredo da Matta.

A duração do curso foi de 720 horas/aula e teve a participação de 35 enfermeiros de Roraima, Rondônia, Acre, Pará, Maranhão Amapá e Amazonas.

O objetivo da promoção da Sesau é a implantação de propostas para capacitação de recursos humanos em hanseníase, apresentadas nos encontros macro-regionais realizados em Brasília, em 1984, dos quais participaram todas as regiões do País.